

Continuamos escravos dos abusos do Fisco e a novela do Coaf



Raul Haidar
advogado tributarista

Este é o samba do crioulo doido: a história de um compositor

que durante muitos anos obedeceu o regulamento, e só fez samba sobre a história do Brasil. E tome de inconfidência, abolição, proclamação, Chica da Silva, e o coitado do crioulo tendo que aprender tudo isso para o enredo da escola. Até que no ano passado escolheram um tema complicado: a atual conjuntura. O vigário dos índios Aliou-se a Dom Pedro e acabou com a falseta: da união deles dois ficou resolvida a questão e foi proclamada a escravidão.” (Sérgio Porto=1923-1968)

A escravidão cantada pelo Sérgio era uma brincadeira. A imposta pela legislação tributária de hoje é trágica. Nossa carga tributária em 1967 era de 20% do PIB, enquanto a atual está em cerca de 37%. Em algumas atividades o vampirismo tributário suga mais de 40% do nosso sangue.

Quem estiver empregado com menos de R\$ 3 mil não vê atendidas suas necessidades básicas definidas no artigo 6º da Constituição. Já escrevemos muito sobre isso. Essa situação leva ao vandalismo, à violência e ao crime. Monteiro Lobato escreveu:

“A história da civilização cabe dentro da história do fisco. Grandes convulsões sociais, como a revolução francesa, tiveram como verdadeira causa as iniquidades do fisco.” (Mundo da Lua, página. 206.)

Mas logo após este dia das mães, sigamos o anedotário para rirmos muito com a matéria da capa da *Folha de S.Paulo*, no ano 99, 32.910: *“Pessimismo com a economia marca projeções para 2019”*. O mais divertido é o subtítulo: *“Bancos reduzem estimativas de crescimento e esperam desempenho em torno de 1%, como nos últimos dois anos.”*

O que se diz o maior banco privado do país resolveu ser generoso: oferece desconto de 90% na cobrança

da dívida de inadimplente. O presente seria uma maravilha dos céus, não fosse por um pequeno detalhe: a dívida está prescrita e, se levada à justiça, o banco nada receberá e pagará as despesas com o processo.

O que o Tribunal de Justiça de São Paulo homenageou com o título de “Empresa amiga da Justiça” tentou cobrar dívida inexistente e prescrita e, apesar da boa amizade, nada recebeu e nem seus amigos reformaram a sentença.

Talvez o pessimismo dos bancos seja em função de serem obrigados a cobrar juros próximos da realidade. Os juros do cheque especial estão em média perto de 14% ao mês. A taxa Selic, que deve ser aplicada à dívida tributária, é por um ano inteiro menos da metade disso: cerca de 6,5%.

Os juros bancários são vergonhosamente altos. Pelo que se sabe, milhões de pessoas entram no cheque especial em momentos de dificuldade. Isso não é atividade bancária: é assalto! O cadastro positivo é uma boa chance para reduzir a violência. Talvez isso explique fechar agências em imóveis alugados e despedir funcionários. Um ex-gerente de banco está sobrevivendo de motorista de táxi, outro é de Uber. Um terceiro abriu uma lanchonete.

Quanto aos abusos do Fisco

Contadores estão consultando psiquiatras: agendamentos inúteis, abusos do Fisco e exigências absurdas multiplicam-se a cada dia. Pesquisemos algumas matérias dos 3 últimos anos:

22/08/16: [Arrecadação diminui, mas abusos cometidos pelo Fisco aumentam](#)

30/11/15: [Fiscalização tributária comete abusos e incentiva litigiosidade dos contribuintes](#)

21/04/14: [Somos enforcados todos os dias pela carga tributária](#)

Desta última destacamos:

“Joaquim José da Silva Xavier, vulgo Tiradentes, foi enforcado em 21 de abril. Enquanto isso, nós, brasileiros do século 21, somos enforcados todos os dias pela carga tributária que suportamos, bem maior que a do quinto daquela época, em troca de quase nada.”

Quanto à novela do Coaf

A mesma edição da *Folha*, na página A8 informa: “Centrão usa mudança do Coaf para tentar esvaziar poder de Moro.” Diz-se que “Parlamentares agem para restringir trabalho de auditores fiscais e podem votar projeto contra abuso de autoridade.”

A expressão “esvaziar poder de Moro” resulta de equívoco. O **Coaf** é um órgão da chamada “inteligência financeira”, com a finalidade de investigar crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção.

Combate à corrupção e o fim da "lava jato"

A corrupção acontece desde tempos imemoriais e não é crime apenas brasileiro. Trata-se de uma atividade com bandidos em ambos os lados. Só existe corrupto porque há corruptores. O servidor que escolhe o caminho sabe dos riscos e o meliante que o suborna também. Quem entra nisso e sai pagapreço altíssimo. Sua família ficará para sempre marcada. Shakespeare escreveu:

“Que a boa fama, para o homem, senhor, como para a mulher, é a jóia de maior valor que possui. Quem furta a minha bolsa me desfalca de um pouco de dinheiro. É alguma coisa e é nada. Assim como era meu passa a ser de outro, após ter sido de mil outros. Mas o que me subtrai o meu bom nome defrauda-me de um bem que a ele não enriquece e a mim me torna totalmente pobre.” (William Shakespeare, “Otelo, o Mouro de Veneza”, palavras de Iago a Otelo – (Ed.Civilização Brasileira, 2ª Edição, Rio, 1956, pág.100/101).

Na apuração de crime o lugar define a competência. Essa a razão pela qual há operações no Rio, no DF e em outros estados. Deixar o Coaf com o Ministro da Justiça atrapalha as investigações. Se Temer responde a supostos fatos ocorridos aqui, onde reside e tem família, deve aqui ser investigado e responder pelo que se lhe atribui.

Conclusão

Um juiz não investiga, mas ordena as investigações que a polícia deve fazer, quando o Ministério Público apontar indícios de autoria e materialidade. Nossos leitores são operadores do direito e sabem disso melhor do que eu, que sou apenas um tributarista que raras vezes atua em crimes contra a ordem econômica.

O ex-juiz Sergio Moro é Ministro da Justiça. Ministros são demissíveis *ad nutum*. Comenta-se que presidente da República pode nomeá-lo para o STF. Isso não seria surpresa e creio que seja merecido pelo seu talento e inegável conhecimento jurídico.

O assunto é uma novela que ainda não teve seu final, que se espera seja feliz. O Congresso é um dos 3 poderes. Erra como qualquer criatura humana. Uma Comissão Mista está revisando o assunto e colocou o Coaf no Ministério da Economia. O plenário do Congresso decidirá ao votar. Desejo que isso favoreça a *Justiça Tributária*!

Date Created

13/05/2019